

introdução conforme a tábua das matérias (213) e o corpo do texto. Pela tábua das matérias, a introdução tem sete capítulos, tendo o capítulo III o título “La doctrine d’Apsinès, *Art rhétorique* 1-9”. No corpo do texto (XXXII-LXXII), há dois capítulos com este título, e não apenas um: o terceiro (XXXII-XXXVII), cujo tema é a organização do tratado; e o quarto (XXXVII-LXXI), dedicado à matéria do mesmo. Este IV capítulo corresponde ao sub-capítulo “La matière du traité” na tábua das matérias. A partir daí, a numeração dos capítulos continua, sucessivamente, até ao total de oito, sendo que o oitavo (dedicado à tradição manuscrita e às edições do texto) corresponde ao sétimo da tábua das matérias. Trata-se de aspectos meramente formais, resultantes da formatação informática da introdução e títulos das suas partes, por certo não despistados na revisão final, e facilmente corrigidos numa reedição.

RUI MIGUEL DUARTE

**LONGIN, *Fragments, texte établi et traduit par Michel Patillon et Luc Brisson.* RUFUS, *Art rhétorique, texte établi et traduit par Michel Patillon.* Paris, “Les Belles Lettres”, 2001. 402 pp. ISBN 2-251-00495-5.**

Num só volume estão reunidas obras dos retores Longino e Rufo. Michel Patillon — em parceria com Luc Brisson no caso de Longino — é o responsável pelo mesmo.

A obra começa com introdução a Longino (1-4), a que se segue a notícia (5-133). Esta passa em revista, em função da ordenação dos fragmentos: a vida e actividade de Longino (fragg. 1-16); Longino e a filosofia e doutrina filosófica (fragg. 17-41); a actividade como metricista (fragg. 42-47); a arte retórica (fragg. 48-49), incluindo a tradição manuscrita, princípios de edição e exame das edições anteriores; fragmentos retóricos (fragg. 50-54); debates filológicos (fragg. 55-60); crítica de textos (fragg. 61-63); obras de lexicografia (fragg. 64-66); e dois anexos (a memória; tópicos do supremo bem). Seguem-se as siglas (135-141) e texto e tradução (144-234). Seguidamente, a introdução a Rufo (237-271), que contempla: o autor e data do tratado; o projecto de

Rufo e seu lugar na tradição; as partes do discurso e os géneros oratórios; as tarefas do orador, as provas técnicas e não técnicas; Hermágoras e as teorias da tese e da causa e dos estados de causa; o tratado de Rufo e os esquemas tradicionais (prolegómenos, exórdio e narração; argumentação; peroração); conclusão da introdução e finalmente a tradição manuscrita, princípios de edição e exame das edições anteriores. Seguem-se: siglas (273); texto e tradução (276-284); notas complementares (285-349), índice onomástico grego (351-355), índice vocabular (356-374); índices francês de nomes próprios (375-379); tábuas de citações (380-381) e de concordância (382-385).

De Cássio Longino, sírio, pode situar-se o nascimento entre 210 e 213 d.C. (5). Senhor de vasta cultura, “biblioteca viva” e “Musa ambulante”, filósofo, filólogo, o último representante de um ideal helénico de uma cultura verdadeiramente livre (2), os seus interesses culturais abarcaram todos os campos literários e todas as técnicas literárias, designadamente a métrica e a retórica (1). Não deixou de ser objecto de críticas: a sua obra filosófica, por exemplo, não foi considerada meritória, ao contrário da sua actividade de gramático, retor e crítico literário (cf. o juízo de Plotino 1-2, frg. 1). Como filósofo, foi seguidor de Platão, inserindo-se no Platonismo Médio (46-48, 50), embora crítico e com independência em relação ao mestre (contrariamente ao Platonismo da época, que lhe votava uma reverência quase religiosa). Mas foi certamente o seu platonismo que o levou a almejar um papel mais activo na política, e por consequência a sua perda (12-14). No ano da invasão, pelos Godos, de Atenas (237 d.C.), onde Longino havia estabelecido uma escola, Odenato, de Palmira, foi assassinado precisamente quando preparava uma campanha contra os Godos. Longino aproxima-se de Zenóbia, viúva de Odenato, que ocupou o trono de Palmira, e compõe o panegírico fúnebre do defunto. A rainha de Palmira aspirou à autonomia relativamente à influência de Roma, deslealdade punida pelo imperador Aureliano, que a capturou juntamente com os seus partidários, tendo sentenciado com a morte, entre outros, Longino, em 272-273.

A tradição dos textos das obras é fragmentária, sendo a maioria proveniente de citações de outros autores. No tocante, porém, aos fragmentos 48 e 49, os mais extensos, que contêm a *Arte retórica*, um feliz acaso permitiu que fosse conservada unitariamente (106 sqq.). Com efeito, um certo número de fólhos com este texto foi encadernado num códice no meio de cadernos contendo a *Arte retórica* de Ápsines. Esta interpolação foi descoberta por David Ruhnken, na segunda metade do séc. XVIII (58sqq., 108-109). Toda a tradição depende, assim, de um único manuscrito (*Parisinus graecus* 1741 [sigla P]), do sec. X, do qual todos os demais são apógrafos. Unicamente neste códice se baseia a *constitutio textus*, confrontadas as respectivas variantes caso a caso com a tradição indirecta, constituída essencialmente de um resumo de Miguel Pselo. As lições dos apógrafos somente foram consideradas apenas a título de conjecturas.

De um Rufo, natural de Perinto, dá Filóstrato (*Vida dos sofistas* 2.17) 597-598 Olearius), notícia, e W. Ameling (1985), com base numa inscrição encontrada em Cízico, identifica o Rufo de Perinto com o Tibério Cláudio Rufo da menção epigráfica. É possivelmente a mesma personagem que a tradição manuscrita dá como autor de uma *Arte retórica*, cujo *floruit* dataria da segunda metade do século II d.C.. Organizado segundo as partes do discurso judiciário (243, veja-se o sumário analítico 239-241), seria, no entender de Patillon (242), um meio e não um fim, um “auxiliar de memória” para ajudar o aprendiz de sofista nas declamações improvisadas, o que não seria de estranhar, dadas as qualidades de improvisador que Filóstrato atribui a Rufo. Doutrinariamente, o seu tratado prossegue a tradição mais antiga, mas integra o essencial do contributo das tradições aristotélica e hermagoriana (264). Representa ainda a tradição teórica que distinguia, além dos três géneros retóricos aristotélicos, um quarto (exestático), e contém influências estóicas. Por outro lado, as analogias com Zenão de Atenas e Harpocrácion, de quem era contemporâneo (ib. e 236-237), mostram que pertencia também a uma tradição particular e tardia. Os exemplos dados para os elementos de doutrina, todos clássicos — para Patillon a caracte-

rística mais marcante do tratado —, serão além disso o indício de que visava mais a crítica literária do que a produção de discurso.

A tradição manuscrita do tratado é unitária: foi ele transmitido no meio de um *corpus* de textos retóricos (265). Os manuscritos em que se baseia a edição são: o *Laurentianus* pult. 55.10 (L), do séc. XIII-XIV, o *Parisinus Gr.* 2918 (P), de finais do séc. XIV, e o *Mutinensis Atestinus* 116 (α P.5.14) (M), da 2ª metade do séc. XV. A *constitutio textus* (269) é, regra geral, dada pelo acordo de LPM ou de LP ou LM.

As qualidades do trabalho passam pelas minuciosas introduções e notícias introdutórias sobre cada autor e respectivas obras e inserção na tradição retórica, pela análise da doutrina expressa por cada texto, pelo exame da tradição manuscrita e das edições anteriores. Os textos são cuidadosamente estabelecidos, as traduções rigorosas. Os aparatos críticos são exaustivos, e não apenas registam variantes dos manuscritos, mas fazem também o confronto com as edições anteriores.

Não obstante, há algumas deficiências a assinalar. O caso mais notório é a distinção entre introdução e notícia, no caso de Longino, sem critério aparente. Na introdução, de apenas quatro páginas, sintetiza-se informação sobre vida, personalidade de Longino, e dá-se uma lista das obras que lhe são atribuídas. A notícia, de cento e vinte e nove páginas, aprofunda tais informações. No caso de Rufo, tal é feito na introdução, não lhe sendo dedicada nenhuma notícia. Não se justificaria melhor a harmonização?

Outros casos são semelhantes aos do outro volume do mesmo editor aqui recenseado, prendendo-se com omissões na tábua das matérias (387-390). Assim, no tocante a Longino, falta menção dos princípios de edição (107) e às edições anteriores (108 sqq.) da *Arte retórica*, e, no tanto no tocante a Rufo, à tradição manuscrita e aos princípios de edição (265 sqq.) a igualmente às edições anteriores (270 sqq.). Ainda quanto a Rufo, falta menção do sub-capítulo “Hermagoras: la thèse et la cause; les états de cause” (246) e da conclusão da introdução (264 sqq.), e igualmente dos *Sigla* (273). Relativamente a estes últimos, por outro lado, é de notar que a secção análoga após a notícia a Longino é designada

*Siglorum index*. Pensamos que seria de harmonizar a designação. De Rufo falta ainda referência ao texto e tradução (276 sqq.). Não é dado número de página para as notas complementares (285 sqq.).

Em conclusão, o duplo trabalho merece atenção pelo valor dos autores objecto de edição bem como pelas qualidades que exhibe. Os defeitos poderão ser revistos e corrigidos numa reedição.

RUI MIGUEL DUARTE